

Credor rejeita proposta brasileira

MARIA LUÍSA MARCOCCIA

SÃO PAULO — O plano brasileiro para renegociar a dívida é bastante inovador e engenhoso, mas de pouca viabilidade. Assim reagiu ontem o Presidente do Bank of Tokyo do Brasil, Takahori Susuki, ao dizer que a proposta fez crescer a distância que vinha separando bancos e governo em torno de um acordo e que, se não houver alterações, dificilmente o impasse será eliminado.

No comando do maior credor asiático do Brasil, com haveres em torno de US\$ 1 bilhão, Susuki acha fundamental, para iniciar entendimentos, o pagamento imediato de pelo menos um terço dos US\$ 8 bilhões em juros atrasados do País e criação de alternativas aos bônus de curto prazo, como por exemplo autorização para conversão de dívida e o **relending** (reempréstimos de parcelas já pagas mas ainda depositadas no Banco Central brasileiro, em cruzeiros).

— O Governo está transferindo uma solução viável para nossos netinhos — brincou Susuki, ao se referir aos prazos propostos para as três modalidades de títulos que substituiriam os créditos dos bancos (longo, médio e curto prazo de, respectivamente, 45, 25 e 15 anos). Nem mesmo os chamados bônus de saída, de 15 anos, são interessantes aos credores, segundo o Presidente do Bank of Tokyo, porque seriam imediatamente vendidos no mercado e, com a grande oferta, so-

freriam acentuada desvalorização.

Susuki também considera “um complicador a mais” o fato de os juros atrasados terem sido securitizados (incorporados ao principal para serem renegociados), o que significa que os bancos terão que contabilizá-los como novo empréstimo sem terem recebido um único tostão. O agravante é que, além da não entrada de dinheiro, terão que pagar impostos sobre essa operação, acrescentou, prevendo que principalmente instituições japonesas e americanas dificilmente aceitarão a proposta brasileira, pois vêm enfrentando problemas econômicos locais.

O banqueiro japonês alertou que a continuidade de um impasse nas relações credores privados-Brasil será prejudicial ao próprio programa de ajustamento interno e à internacionalização da economia nele embutido, pois impedirá que sejam retomados novos investimentos externos e linhas de dinheiro novo ao País.

Já o Assessor de Assuntos da Dívida Externa no Governo Sarney, Paulo Nogueira Batista Júnior, elogiou ontem a proposta de renegociação da atual equipe, classificando-a de inovadora e importante para o programa de ajustamento econômico interno. Previu, entretanto, forte reação dos bancos credores, que procurarão, a seu ver, minar a posição do Governo brasileiro com ações no âmbito do Fundo Monetário Internacional, impedindo a aprovação da carta de intenção.